

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/18 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Margem Esquerda do Urucuia e São Francisco Ltda. – SICOOB CREDICHAPADA, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2018 o SICOOB CREDICHAPADA completou 7 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2018, o SICOOB CREDICHAPADA obteve um resultado de R\$1.589.036,37 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 11,57%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 3.409.989,01. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 39.273.289,76.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 22.438.376,53	57%
Carteira Comercial	R\$ 16.834.913,23	43%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/18 o percentual de 27,54% da carteira, no montante de R\$ 12.706.517,95.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 12.219.331,75, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 5,4%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 6.933.520,12	57%
Depósitos a Prazo	R\$ 5.285.811,63	43%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/18 o percentual de 37,60% da captação, no montante de R\$ 4.921.377,97.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDICHAPADA era de R\$ 13.066.364,12. O quadro de associados era composto por 7.862 Cooperados, havendo um acréscimo de 19,44% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDICHAPADA adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e

salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito anualmente na AGO, com mandato até a AGO de 2020, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDICHAPADA, aderiram, em 2018, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2018, a Ouvidoria do SICOOB CREDICHAPADA registrou 12 (doze) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 12 (doze) reclamações, 04 (quatro) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como

contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Chapada Gaúcha/MG, 21 de fevereiro de 2019.

Conselho de Administração e Diretoria

Marcos Aurélio Maier
Presidente do Conselho de Administração

Éder Junior Silveira
Vice Presidente do Conselho de Administração

Elisete Maria Galvagni
Conselheira de Administração

Roberto Sbruzzi
Conselheiro de Administração

**CCLA DA MARGEM ESQUERDA DO URUCUIA E SÃO FRANCISCO LTDA.****BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM: 31/12/2018**

	Em Reais	
	31/12/2018	31/12/2017
A T I V O		
Circulante	33.078.970,57	35.056.612,19
Disponibilidades	965.660,88	745.307,84
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (NE 4)	1.199.630,10	-
Títulos e Valores Mobiliários (NE 5)	-	484.099,09
Relações Interfinanceiras (NE 6)	3.409.989,01	5.350.490,15
Operações de Crédito (NE 7)	27.198.682,86	28.273.186,86
Outros Créditos (NE 8)	268.739,60	184.379,48
Outros Valores e Bens (NE 9)	36.268,12	19.148,77
Não Circulante	13.599.593,32	12.428.057,31
Realizável a Longo Prazo	12.074.606,90	10.953.334,83
Operações de Crédito (NE 7)	12.074.606,90	10.951.834,83
Outros Créditos (NE 8)		1.500,00
	1.524.986,42	1.474.722,48
Investimentos (NE 10)	885.762,85	756.807,59
Imobilizado em Uso (NE 11)	606.018,50	698.674,79
Intangível	33.205,07	19.240,10
TOTAL	46.678.563,89	47.484.669,50

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	31/12/2018	31/12/2017
P A S S I V O		
Circulante	26.491.993,32	32.397.448,69
Depósitos (NE 12)	12.219.331,75	11.593.011,37
Depósito à Vista	6.933.520,12	6.086.276,02
Depósito a Prazo	5.285.811,63	5.506.735,35
Recursos de Aceite Cambial	932.549,64	285.785,68
Relações Interfinanceiras (NE 13)	11.970.142,95	11.783.263,65
Obrigações por empréstimos e repasses (NE 14)	1.113.100,77	8.735.387,99
Outras Obrigações (NE 15)	1.088.115,95	1.024.786,54
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	15.672,68	23.369,42
Sociais e Estatutárias (NE 15.1)	338.102,01	368.333,54
Fiscais e Previdenciárias (NE 15.2)	89.461,27	86.808,11
Diversas (NE 15.3)	644.879,99	546.275,47
Não Circulante	5.626.125,94	2.042.065,68
Realizável a Longo Prazo	5.626.125,94	2.042.065,68
Relações Interfinanceiras (NE 13)	5.626.125,94	2.042.065,68
Patrimônio Líquido (NE 17)	13.729.196,89	12.020.368,59
Capital Social	8.849.998,77	8.188.048,89
Reserva de Sobras	4.640.842,67	3.528.517,21
Sobras Acumuladas	238.355,45	303.802,49
TOTAL	46.678.563,89	47.484.669,50

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO

ENCERRADO EM: 31/12/2018

Em Reais

Descrição	Segundo Semestre/2018	31/12/2018	31/12/2017
INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.356.921,07	9.034.447,07	8.428.702,79
Operações de Crédito	4.319.147,84	8.982.621,29	8.383.389,03
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. E Instr. Financeiros	-	7.354,21	45.313,76
Renda de aplicação interfinanceira de liquidez	37.773,23	44.471,57	-
DISPÊNDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.054.906,49)	(4.717.670,05)	(4.349.076,58)
Operações de Captação no Mercado	(159.857,04)	(298.667,03)	(427.280,32)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(666.436,24)	(1.457.079,71)	(1.737.254,78)
Provisão para Operações de Créditos	(1.228.613,21)	(2.961.923,31)	(2.184.541,48)
RESULTADO BRUTO INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.302.014,58	4.316.777,02	4.079.626,21
OUTROS INGRESSOS/REC. (DISPÊNDIOS/DESP.) OPERACIONAIS	(1.235.209,91)	(2.288.674,71)	(1.506.224,32)
<u>Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços</u>	<u>1.079.858,84</u>	<u>1.984.365,41</u>	<u>1.237.023,36</u>
<u>Outros Ingressos/Rendas Operacionais</u>	<u>102.428,98</u>	<u>478.490,22</u>	<u>1.617.724,70</u>
Dispêncido/Despesas de Pessoal	(1.160.620,47)	(2.351.227,63)	(2.145.277,86)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	(1.103.124,79)	(2.258.485,30)	(1.878.055,67)
Dipêndios/Despesas Tributárias	(37.632,19)	(75.333,83)	(97.351,17)
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(221.781,99)	(312.884,54)	(270.624,20)
<u>Ingressos de Depósitos Intercoop.</u>	<u>105.661,71</u>	<u>246.400,96</u>	<u>549.660,86</u>
RESULTADO OPERACIONAL	1.066.804,67	2.028.102,31	2.573.401,89
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	4.473,33	(13.582,64)	(3.150,82)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	1.071.278,00	2.014.519,67	2.570.251,07
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	30.540,40	-	(33.616,59)
RESULTADO ANTES PROVISÃO JUROS AO CAPITAL	1.101.818,40	2.014.519,67	2.536.634,48
JUROS AO CAPITAL (Anexo 17)	(425.483,30)	(425.483,30)	(511.284,50)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	676.335,10	1.589.036,37	2.025.349,98
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS	(1.350.680,92)	(1.350.680,92)	(1.721.547,49)
F A T E S	(238.355,46)	(238.355,46)	(303.802,50)
Reserva Legal	(1.112.325,46)	(1.112.325,46)	(1.417.744,99)
F A T E S - ATOS NÃO COOPERATIVOS	-	-	-
REVERSÃO DE RESERVAS	-	-	-
SOBRAS OU PERDAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	(674.345,82)	238.355,45	303.802,49

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CCLA DA MARGEM ESQUERDA DO URUCUIA E SÃO FRANCISCO LTDA.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 / 2017**

Eventos	Capital		Reserva de Capital	Legal	Reservas de Sobras		Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Em Reais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar			Estatutárias	Contingências			Totais
Saldo em 31/12/2016	7.188.452,01	(2.400,00)	-	1.807.555,39	-	-	-	466.487,43	9.460.094,83
Destinação de Sobras Exercício Anterior									-
Doação								(23.324,37)	(23.324,37)
Constituição de Reservas				303.216,83				(303.216,83)	-
Em Conta Corrente do Associado								(92.827,06)	(92.827,06)
Ao Capital								-	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados								(178,37)	(178,37)
Movimentação de Capital:									-
Por Subscrição/Realização	1.108.742,30	2.400,00							1.111.142,30
Por Devolução (-)	(92.515,03)								(92.515,03)
Estorno Capital Subscrito	(1.073,65)								(1.073,65)
Saldo das Incorporações								(46.940,80)	(46.940,80)
Sobras ou Perdas Líquidas								2.536.634,48	2.536.634,48
Provisão do Juros ao Capital								(511.284,50)	(511.284,50)
Subscrição dos Juros ao Capital									-
IRRF sobre Juros ao Capital	(15.556,74)								(15.556,74)
Destinação das Sobras ou Perdas:									-
. Fundo de Reserva				1.417.744,99				(1.417.744,99)	-
. F A T E S								(303.802,50)	(303.802,50)
Saldos em 31/12/2017	8.188.048,89	-	-	3.528.517,21	-	-	-	303.802,49	12.020.368,59
Ajustes de Exercícios Anteriores									-
Destinação de Sobras Exercício Anterior									-
Doação								(15.181,61)	(15.181,61)
Ao FATES									-
Reversão de Outros Fundos									-
Em Conta Corrente do Associado								(22.690,45)	(22.690,45)
Ao Capital	265.597,39							(265.597,39)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados								(333,04)	(333,04)
Movimentação de Capital:									-
Por Subscrição/Realização	745.320,73	(355,00)							744.965,73
Por Devolução (-)	(340.064,31)								(340.064,31)
Estorno Capital Subscrito	(802,00)								(802,00)
Reversões de Reservas									-
Saldo das Incorporações									-
Sobras ou Perdas Líquidas								2.014.519,67	2.014.519,67
Provisão do Juros ao Capital								(425.483,30)	(425.483,30)
Subscrição de Juros ao Capital									-
IRRF sobre Juros ao Capital	(7.746,93)								(7.746,93)
FATES - Atos Não Cooperativos								-	-
Destinação das Sobras ou Perdas:									-
. Fundo de Reserva				1.112.325,46				(1.112.325,46)	-
. F A T E S								(238.355,46)	(238.355,46)
Saldos em 31/12/2018	8.850.353,77	(355,00)	-	4.640.842,67	-	-	-	238.355,45	13.729.196,89
Saldos em 30/06/2018	8.365.157,33	(1.873,33)	-	3.528.517,21	-	-	-	912.701,27	12.804.502,48
Ajustes de Exercícios Anteriores									-
Destinação de Sobras Exercício Anterior									-
Ao Capital								-	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados									-
Incorporação de capital - Ex associados									-
Movimentação de Capital:									-
Por Subscrição/Realização	585.758,90								585.758,90
Por Devolução (-)	(92.815,53)								(92.815,53)
Saldo das Incorporações		1.518,33							1.518,33
Sobras ou Perdas Líquidas								1.101.818,40	1.101.818,40
Subscrição dos Juros ao Capital								(425.483,30)	(425.483,30)
IRRF sobre Juros ao Capital	(7.746,93)								(7.746,93)
FATES - Atos Não Cooperativos								-	-
. Fundo de Reserva				1.112.325,46				(1.112.325,46)	-
. F A T E S								(238.355,46)	(238.355,46)
Saldos em 31/12/2018	8.850.353,77	(355,00)	-	4.640.842,67	-	-	-	238.355,45	13.729.196,89

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CCLA DA MARGEM ESQUERDA DO URUCUIA E SÃO FRANCISCO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 / 2017

(Em Reais)

DESCRIÇÃO	2º SEMESTRE 2018	31/12/2018	31/12/2017
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício	1.101.818,40	2.014.519,67	2.536.634,48
Provisão para Operações de Crédito	(851.765,68)	(224.492,39)	1.175.089,11
Depreciações e Amortizações	90.689,97	177.673,07	164.331,68
Despesa de Juros ao Capital	(425.483,30)	(425.483,30)	(511.284,50)
	(84.740,61)	1.542.217,05	3.364.770,77
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(13.931,76)	(1.199.630,10)	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	484.099,09	(484.099,09)
Operações de Crédito	2.547.822,33	176.224,32	(9.828.923,74)
Outros Créditos	(16.534,70)	(82.860,12)	(16.696,50)
Outros Valores e Bens	(34.316,37)	(17.119,35)	279,25
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	365.703,81	847.244,10	2.025.857,58
Depósitos a Prazo	278.814,40	(220.923,72)	(614.263,88)
Outras Obrigações	319.166,24	82.289,41	259.278,59
Recur. de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias - LCA	618.740,07	646.763,96	285.785,68
Relações Interdependências	(396,38)	-	-
Relações Interfinanceiras	(1.615.105,40)	3.770.939,56	1.248.521,69
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(3.277.476,93)	(7.641.247,22)	4.392.920,85
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(912.255,30)	(1.612.003,02)	633.431,20
Atividades de Investimentos			
Alienação de Investimento			
Alienação de Imobilizações de Uso			32.990,00
Aplicação no Intangível			(37.258,45)
Aplicação no Diferido			
Saldo de Incorporações			
Inversões em Imobilizado de Uso	(27.007,04)	(227.937,01)	(300.509,14)
Inversões em Investimentos			(250.120,12)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(27.007,04)	(227.937,01)	(554.897,71)
Atividades de Financiamentos			
Doação	-	(15.181,61)	(23.324,37)
Em Conta Corrente do Associado	-	(22.690,45)	(92.827,06)
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	(333,04)	(178,37)
Por Subscrição/Realização	585.758,90	744.965,73	1.111.142,30
Por Devolução (-)	(92.815,53)	(340.064,31)	(92.515,03)
Estorno Capital Subscrito	-	(802,00)	(1.073,65)
Saldo das Incorporações	1.518,33	-	(46.940,80)
IRRF sobre Juros ao Capital	(7.746,93)	(7.746,93)	(15.556,74)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-
FATES - Atos Cooperativos	(238.355,46)	(238.355,46)	(303.802,50)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	248.359,31	119.791,93	534.923,78
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	(690.903,03)	(1.720.148,10)	613.457,27
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	5.066.552,92	6.095.797,99	5.482.340,72
No Fim do Período	4.375.649,89	4.375.649,89	6.095.797,99
Variação Líquida das Disponibilidades	(690.903,03)	(1.720.148,10)	613.457,27

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA MARGEM ESQUERDA DO
URUCUIA E SÃO FRANCISCO LTDA - SICOOB CREDICHAPADA**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA MARGEM ESQUERDA DO URUCUIA E SÃO FRANCISCO LTDA - SICOOB CREDICHAPADA**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **01/08/2011**, filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. – SICOOB CENTRAL CECREMGE** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDICHAPADA** possui **3** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **URUCUIA - MG, PINTÓPOLIS - MG, SÃO FRANCISCO - MG.**

O **SICOOB CREDICHAPADA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 21/02/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução

ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de Dezembro de 2018**.

4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em **31 de Dezembro de 2018 e 2017**, as Aplicações Interfinanceiras de Liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.199.630,10	0,00
TOTAL	0,00	0,00

5. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de Dezembro de 2018 e 2017**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Título De Renda Fixa	0,00	484.099,09
TOTAL	0,00	484.099,09

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, com remuneração de, aproximadamente, 101% do CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas junto ao Sicoob Central Cecremge.

6. Relações interfinanceiras

Em dezembro de **2018 e 2017**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	3.409.989,01	5.350.490,15
TOTAL	3.409.989,01	5.350.490,15

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	75.440,71	0,00	75.440,71	257.737,88
Empréstimos	7.104.704,32	5.361.586,25	12.466.290,57	11.954.482,05
Títulos Descontados	2.669.366,44	0,00	2.669.366,44	3.565.914,69
Financiamentos	2.619.339,94	2.136.551,24	4.755.891,18	4.708.205,85
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	17.858.708,82	4.579.667,71	22.438.376,53	22.095.249,28
(-) Provisões para Operações de Crédito	-2.132.761,85	-999.313,58	-3.132.075,43	-3.356.567,86
TOTAL	28.194.798,38	11.078.491,62	39.273.290,00	39.225.021,88

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	876.940,94	0,00	0,00	869.272,74	1.746.213,68		766.066,24	
A 0,5% Normal	4.956.371,76	141.254,60	1.658.087,26	13.319.009,23	20.074.722,85	-100.373,61	19.318.607,23	-96.593,04
B 1% Normal	2.548.459,50	549.544,66	1.953.238,58	3.978.425,88	9.029.668,62	-90.296,69	11.431.677,06	-114.316,77
B 1% Vencidas	278.168,48	6.460,48	109.038,15	175.470,95	569.138,06	-5.691,38	714.959,54	-7.149,60
C 3% Normal	927.964,70	171.052,37	303.088,05	1.674.536,81	3.076.641,93	-92.299,26	1.927.418,63	-57.822,56
C 3% Vencidas	752.788,23	92.724,56	77.778,46	1.154.030,75	2.077.322,00	-62.319,66	1.698.406,72	-50.952,20
D 10% Normal	189.985,63	34.547,45	101.584,76	138.506,42	464.624,26	-46.462,43	1.153.253,33	-115.325,33
D 10% Vencidas	285.107,28	73.917,16	192.363,65	455.001,80	1.006.389,89	-100.638,99	1.081.005,17	-108.100,52
E 30% Normal	1.144.860,13	11.816,41	20.301,52	55.850,97	1.232.829,03	-369.848,71	914.402,70	-274.320,81
E 30% Vencidas	199.082,05	25.638,25	58.739,79	214.287,68	497.747,77	-149.324,33	789.823,83	-236.947,15
F 50% Normal	25.125,09	10.245,64	0,00	80.976,49	116.347,22	-58.173,61	400.818,29	-200.409,15
F 50% Vencidas	766.770,34	7.581,27	56.990,72	59.915,23	891.257,56	-445.628,78	421.337,15	-210.668,58
G 70% Normal	0,00	3.104,97	9.379,86	0,00	12.484,83	-8.739,38	21.081,16	-14.756,81
G 70% Vencidas	5.076,06	4.270,45	16.317,24	0,00	25.663,75	-17.964,63	245.091,13	-171.563,79
H 100% Normal	49.716,32	8.900,54	17.153,90	187.367,86	263.138,62	-263.138,62	481.852,16	-481.852,16
H 100% Vencidas	955.443,15	108.179,25	181.829,24	75.723,72	1.321.175,36	-1.321.175,36	1.215.789,41	-1.215.789,41
Total Normal	10.719.424,07	930.466,64	4.062.833,93	20.303.946,40	36.016.671,04	-1.029.332,31	36.415.176,80	-1.355.396,63
Total Vencidos	3.242.435,59	318.771,42	693.057,25	2.134.430,13	6.388.694,39	-2.102.743,13	6.166.412,95	-2.001.171,25
Total Geral	13.961.859,66	1.249.238,06	4.755.891,18	22.438.376,53	42.405.365,43	-3.132.075,44	42.581.589,75	-3.356.567,88
Provisões	-1.958.823,10	-167.418,53	-338.912,90	-666.920,90	-3.132.075,43		3.356.567,85	
Total Líquido	12.003.036,56	1.081.819,53	4.416.978,28	21.771.455,63	39.273.290,00		39.225.021,90	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	2.370.952,54	3.563.152,73	5.358.387,95	11.292.493,22
Financiamentos	983.164,10	1.636.175,84	2.136.551,24	4.755.891,18
Financiamentos Rurais	4.241.732,26	13.616.976,56	4.579.667,71	22.438.376,53
TOTAL	7.595.848,90	18.816.305,13	12.074.606,90	38.486.760,93

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	134.382,77	2.837.902,08	508.684,32	0,00	3.480.969,17	8%
Setor Privado - Serviços	348.935,34	3.375.944,15	967.471,71	0,00	4.692.351,20	11%
Pessoa Física	754.721,03	9.833.670,71	1.154.114,84	22.438.376,53	34.180.883,11	81%
Outros	11.198,92	867,46	39.095,57	0,00	51.161,95	0%
TOTAL	1.249.238,06	16.048.384,40	2.669.366,44	22.438.376,53	42.405.365,43	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	3.356.568,06	2.181.478,95
Constituições/Reversões	2.491.547,19	2.081.207,65
Transferência para prejuízo	-2.716.039,58	-906.118,54
TOTAL	3.132.075,67	3.356.568,06

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	911.757,17	2%	1.361.469,26	3%
10 Maiores Devedores	7.614.767,51	18%	7.519.993,95	18%
50 Maiores Devedores	22.150.450,17	52%	22.010.794,25	52%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	1.128.544,83	399.554,57
Valor das operações transferidas no período	2.716.039,58	906.118,54
Valor das operações recuperadas no período	198.544,70	177.128,28
TOTAL	3.646.029,71	1.128.544,83

h) Operações renegociadas:

Durante o exercício de **2018**, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 2.448.066,03, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honrados (c)	160.567,03	54.042,18
Rendas a Receber (a)	25.357,22	40.713,65
Diversos (b)	216.289,59	144.275,00
(-) Provisões para Outros Créditos (c)	-133.474,24	-53.151,35
TOTAL	268.739,60	185.879,48

(a) Em Rendas a Receber estão registrados: receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do Sicoob Central Cecremge (**R\$ 17.326,35**) e outras rendas de convênio a receber (**R\$ 8.030,87**).

(b) Em diversos estão registrados adiantamento para despesas diversas (**R\$ 27.502,06**) impostos e contribuições a recuperar/compensar (**R\$ 71.878,32**) valores a receber tarifas (**R\$ 104.509,89**) adiantamento de férias (**R\$ 4.441,56**) pendências a regularizar (**R\$ 7.957,56**).

(c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

NÍVEL / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
E 30%	22.715,19	22.715,19	6.814,57		
F 50%	15.905,00	15.905,00	7.952,51	1.196,51	598,26
G 70%	10.798,97	10.798,97	7.559,29	975,26	682,68
H 100%	111.147,87	111.147,87	111.147,87	51.870,41	51.870,41
Total	160.567,03	160.567,03	133.474,24	54.042,18	53.151,35

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas Antecipadas	36.268,12	19.148,77
TOTAL	36.268,12	19.148,77

Em despesas antecipadas estão registrados prêmios de seguros e contribuição cooperativista.

10. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE**.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	885.762,85	756.807,59
TOTAL	885.762,85	756.807,59

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição		31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Custo					
Imobilizado em Curso		680,90	0,00	680,90	0
Instalações	10%	93.409,66	0,00	0,00	93.409,66
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		-22.465,86	173,06	9.362,66	-31.655,46
Móveis e equipamentos de Uso	10%	158.644,29	49.473,34	3.337,99	204.779,64
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		-43.551,79	151,71	19.590,87	-62.990,95
Sistema de Processamento de Dados	10%	575.627,97	57.088,57	39.361,32	593.355,22
Sistema de Segurança	10%	90.279,24	1.504,65	1.504,65	90.279,24
Sistema de Transporte	20%	136.320,50	0,00	0,00	136.320,50
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		-290.270,12	321.868,64	449.077,87	-417.479,35
TOTAL		698.674,79	430.259,97	522.916,26	606.018,50

Segregação do intangível

	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Custo				
Software	68.496,53	21.845,17	0,00	90.341,70
(-) Amortizações acumuladas	-49.256,43	-19.367,15	-11.486,95	-57.136,63
Total do intangível	19.240,10	2.478,02	-11.486,95	33.205,07

12. Depósitos

São compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Incluem também os valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós fixada e suas remunerações são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	6.933.520,12	6.086.276,02
Depósito a Prazo	5.285.811,63	5.506.735,35
TOTAL	12.219.331,75	11.593.011,37

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por um Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	820.321,37	7%	1.957.445,77	17%
10 Maiores Depositantes	3.688.701,43	30%	4.159.735,12	36%
50 Maiores Depositantes	6.636.014,27	54%	6.466.228,52	56%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos a Prazo	-257.550,18	-398.674,05
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	-23.297,79	-14.120,66
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	-17.819,06	-14.485,61
TOTAL	-298.667,03	-427.280,32

13. Relações interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Recursos do Bancoob	12.361.391,68	6.457.373,68	18.818.765,36	14.835.366,60
(-) Despesa a apropriar Bancoob	-391.248,73	-831.247,74	-1.222.496,47	-1.010.037,27
TOTAL	11.970.142,95	5.626.125,94	17.596.268,89	13.825.329,33

14. Obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	31/12/2018	31/12/2017
Cooperativa Central Cecremge	1.113.100,77	8.754.347,99
TOTAL		

15. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	15.672,68	23.369,42
Sociais e Estatutárias	338.102,01	368.333,54
Fiscais e Previdenciárias	89.461,27	86.808,11
Diversas	644.879,99	527.315,47
TOTAL	1.088.115,95	1.005.826,54

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados (a)	316.091,04	363.500,09
Cotas de Capital a Pagar (b)	22.010,97	4.833,45
TOTAL	338.102,01	368.333,54

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 15% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	89.461,27	86.808,11
TOTAL	89.461,27	86.808,11

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	4.677,66	4.677,66
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	9.334,50	23.409,01
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	238.640,49	250.906,32
Provisão para Passivos Contingentes	18.960,00	18.960,00
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	246.487,03	95.978,07
Credores Diversos – País (c)	126.780,31	133.384,41
TOTAL	644.879,99	527.315,47

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com (R\$ 146.408,44) provisão de férias, (R\$ 2.866,01) despesa com água, (R\$ 1.225,28) comunicações, (R\$ 25.041,77) despesa com processamento de dados, (R\$ 850,80) seguro, (R\$ 26.790,61) seguro prestamista, (R\$ 35.457,58) outras despesas administrativas.

(b) Refere-se à contabilização, a partir de janeiro de 2018, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de Dezembro de 2018**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas	Provisões 31/12/2018	Provisões 31/12/2017
AA	0%	514.440,08	-	
A	0,5%	2.001.362,27	10.006,96	7.076,74
B	1%	793.553,23	7.935,60	17.293,15
C	3%	892.207,50	26.766,26	13.221,29
D	10%	52.809,20	5.280,95	3.374,78
E	30%	13.398,72	4.019,63	6.049,77
F	50%	149.806,94	74.903,51	4.510,53
G	70%	850,00	595,00	10.600,48
H	100%	116.979,12	116.979,12	33.851,33
Total		4.535.407,06	246.487,03	95.978,07

16. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDICHAPADA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	8.849.998,77	8.188.048,89
Associados	7.862	6.582

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 70%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26/04/2018, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de Dezembro de 2017**, no valor de R\$ 265.827,18.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2018	2017
Sobra líquida do exercício	2.014.519,67	2.536.634,48
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	1.589.036,37	2.025.349,98
Reserva legal - 70%	1.112.325,46	1.417.744,99
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 15%	238.355,46	303.802,50
Sobra à disposição da Assembleia Geral	238.355,45	303.802,49

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997. Em 2018 o total dos juros pagos ao capital foi de R\$ 425.483,30.

19. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	94.474,54	705.963,93
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	44.392,88	30.336,52
Reversão de Outras Provisões Operacionais	394.183,29	639.666,49
Rendas Juros Cartão de Crédito	0,00	13.365,84
Crédito Receita SIPAG – Faturamento	74.959,78	0,00
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	0,00	3.178,53
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	28,73	6.751,29
Distribuição de Sobras da Central	128.955,26	0,00
Outras Rendas Operacionais	135.679,03	187.371,88
TOTAL	872.673,51	1.586.634,48

19.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	123.908,59	123.533,36
Rendas de Empréstimos	4.111.704,31	4.208.384,62
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	958.819,60	1.049.766,00
Rendas de Financiamentos	1.126.692,91	788.014,39
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	0,00	235.523,93
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	805.805,73	412.296,66
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	1.158.831,31	711.338,24
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	206.060,32	53.654,31
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	0,00	623.551,09
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	44.471,57	0,00
Rendas c/ Tít.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	7.354,21	45.313,76
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	490.798,52	177.326,43
TOTAL	9.034.447,07	8.428.702,79

20. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-23.840,55	-69.251,34
Despesas de Descontos Concedidos	-65.209,68	-2.650,40
Despesas de Recursos do Proagro	-1,76	0,00
Cancelamento de Tarifas Pendentes	-157.165,50	-115.572,59
Despesas com Correspondentes Cooperativos	-265,46	-2.514,86
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	-727,99	-1.587,69
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	-220,44	-482,62
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	0,00	-45.763,41
Outras Despesas Operacionais	-65.453,16	-32.801,29
Garantias Financeiras Prestadas	-194.901,84	-91.942,21
TOTAL	-507.786,38	-362.566,41

20.1 Dispendios da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Despesas De Captação	-298.667,03	-427.280,32
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-1.456.909,71	-1.737.254,78
Provisões para operações de crédito	-2.976.373,57	-2.727.249,95
TOTAL	-4.731.950,31	-4.891.785,05

21. Resultado não operacional

Descrição	2018	2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	0,00	1.254,50
Ganhos de Capital	46.447,28	26.278,72
(-) Perdas de Capital	-60.029,92	-5.156,38
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	0,00	-21.738,66
(-) Outras Despesas não Operacionais	0,00	-3.789,00
Resultado Líquido	-13.582,64	-3.150,82

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2018**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	10.189.300,53	13,51%	32.209,05
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.938.433,38	2,57%	3.502,27
TOTAL	12.127.733,91	16,08%	35.711,32
Montante das Operações Passivas	725.679,46	4,23%	

Operações ativas e passivas – saldo em **2018**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	13.543,69	2.195,92	2%
Conta Garantida	56.652,97	1.496,34	11%
Crédito Rural	1.633.861,66	18.769,23	7%
Empréstimo	890.347,81	8.816,25	8%
Financiamento	88.767,40	6.736,52	2%
Títulos Descontados	667.480,43	3.276,49	25%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	121.983,18	1,77%	0%
Depósitos a Prazo	105.325,39	1,69%	0,42% a.m.

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de Cheques	2,3% a.m.	6,98% a 8,92% a.m.
Empréstimos	2,11% a.m.	1,45% a 4,23% a.m.
Financiamento	1,93% a.m.	1,45% a 1,87% a.m.
Aplicação Financeira - Pós Fixada	98,66% CDI a.m.	80% a 107% CDI a.m.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
Empréstimos e Financiamentos	1,38%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	12,45%
Crédito Rural (modalidades)	3,41%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	3.158.421,61
Empréstimos e Financiamentos	1.202.976,22

As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cartão de crédito	81.577,10
BNDES	557.325,19

No exercício de **2018** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários	308.799,36
Cédula de presença	100.176,26
Encargos Sociais	82.257,70
Benefícios	17.654,96
Total	508.888,28

23. No exercício de **2018** os benefícios monetários destinados aos funcionários foram representados por remuneração, alimentação, custeio parcial de plano de saúde e seguro de vida apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Remuneração	890.636,70
Encargos Sociais	402.514,34
Benefícios	291.935,89
Total	1.585.086,93

24. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA MARGEM ESQUERDA DO URUCUIA E SÃO FRANCISCO LTDA - SICOOB CREDICHAPADA - SICOOB CREDICHAPADA**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE - SICOOB CENTRAL CECREMGE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDICHAPADA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECREMGE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL CECREMGE**:

As demonstrações contábeis do **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, em 30/06/2018, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 29/08/2018, com opinião sem modificação.

25. Gerenciamento de Risco

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas tem por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

25.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

25.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

25.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

25.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

25.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

25.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

26. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades. O índice mínimo requerido é de 12%. Conforme demonstrado no quadro seguinte, em 31/12/2018, o índice do SICOOB CREDICHAPADA correspondia a 33,37%, evidenciando significativa margem em relação ao Patrimônio de Referência requerido:

A	Total dos ativos ponderados pelo risco	39.151.594,70
B	Patrimônio de Referência mínimo requerido = A x 12%	4.698.191,36
C	Patrimônio de Referência apurado em 31/12/2018 (*)	13.066.364,12
D	Margem sobre o Patrimônio de Referência requerido = C - B	8.368.172,76

(*) Equivale a 33,37% do total dos ativos ponderados pelo risco

CHAPADA GAÚCHA-MG, 21 de fevereiro de 2019

**MARCOS AURELIO MAIER
DIRETOR ADMINISTRATIVO**

**ELIENE LOPES DE OLIVEIRA
DIRETORA FINANCEIRA**

**WARLEY DIAS PEREIRA
CONTADOR 104754/O-1**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O conselho fiscal do Sicoob Credichapada – Cooperativa de Credito de Livre Admissão da Margem Esquerda do Urucuia e São Francisco Ltda, reunido em 19/03/2019, em cumprimento do artigo 93, item VIII, do Estatuto Social, declara para os devidos fins legais e estatutários, que procedeu minucioso exame em todos os documentos e peças contábeis que compreendem o Balanço Geral encerrado em 31.12.2018.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Credichapada - Cooperativa de Credito de Livre Admissão da Margem Esquerda do Urucuia e São Francisco Ltda em 31/12/2018. Assim sendo, manifestamos favoráveis á aprovação das demonstrações financeiras e contábeis relativas ao período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Chapada Gaúcha – MG, 19 de Março de 2019.

Ronildo Siqueira da Conceição
Coordenador do Conselho Fiscal

Dalva Fonseca Sbruzzi
Conselheiro Fiscal Efetivo

Aguinel da Paixão Farias Marques
Conselheiro Fiscal Efetivo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Associados da
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA MARGEM ESQUERDA
DO URUCUIA E SAO FRANCISCO LTDA. - SICOOB CREDICHAPADA
Av. Getúlio Vargas, nº 330, centro
Chapada Gaúcha (MG)
Cep 39.314-000

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA MARGEM ESQUERDA DO URUCUIA E SAO FRANCISCO LTDA. - SICOOB CREDICHAPADA, doravante denominada Cooperativa, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA MARGEM ESQUERDA DO URUCUIA E SAO FRANCISCO LTDA. - SICOOB CREDICHAPADA, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Apresentação dos valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Os valores correspondentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins comparativos nas demonstrações contábeis da Cooperativa, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram opinião sem ressalva datada de 02 de março de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória (ES), 22 de fevereiro de 2019.

D'AGOSTINI CONSULTORIA E AUDITORIA S/S
CRC-ES 002282/O "S" MG

Ilderaldo Luiz A. de Moraes
Contador
CRC-ES 009503/O-0 "S" MG